

# **Casa do Povo de St. António das Areias**

**Anexo**

**31 de Dezembro de 2016**

## Índice

1	Identificação da Entidade .....	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	4
3	Principais Políticas Contabilísticas .....	5
3.1	Bases de Apresentação .....	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: .....	12
5	Activos Fixos Tangíveis .....	12
6	Activos Intangíveis .....	14
7	Locações .....	14
8	Custos de Empréstimos Obtidos .....	14
9	Inventários .....	15
10	Rédito .....	15
11	Provisões, passivos contingentes e activos contingentes .....	15
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo .....	15
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio .....	16
14	Imposto sobre o Rendimento .....	16
15	Benefícios dos empregados .....	16
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	16
17	Outras Informações .....	16
17.1	Investimentos Financeiros .....	16
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros .....	17
17.3	Clientes e Utentes .....	17
17.4	Outras contas a receber .....	17
17.5	Diferimentos .....	17
17.6	Caixa e Depósitos Bancários .....	17
17.7	Fundos Patrimoniais .....	18
17.8	Fornecedores .....	18
17.9	Estado e Outros Entes Públicos .....	18
17.10	Outras Contas a Pagar .....	18
17.11	Subsídios, doações e legados à exploração .....	18
17.12	Fornecimentos e serviços externos .....	19
17.13	Outros rendimentos e ganhos .....	19
17.14	Outros gastos e perdas .....	19

17.15 Resultados Financeiros .....	19
17.16 Acontecimentos após data de Balanço .....	20

## 1 Identificação da Entidade

A “Casa do Povo de St. António das Areias” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Associação, equiparada a IPSS, com sede em Avenida 25 de Abril Nº 19, em Santo António das Areias. Tem como finalidade a satisfação das necessidades básicas da população do concelho em geral , e dos seus utentes das diversas valências em particular.

## 2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflecte a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adopção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em “Resultados Transitados”. Assim, os efeitos provenientes da adopção do novo referencial contabilístico à data da transição (1 de Janeiro de 2011) foram registados em “Fundos Patrimoniais” e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

<b>Reconciliação dos Fundos Patrimoniais</b>	<b>499.405,45</b>
<b>Fundos Patrimoniais PCIPSS</b>	
Outros Ajustamentos ( Subsidios investimentos)	373.439,66
Total de Ajustamentos	373.439,66
<b>Fundos Patrimoniais SNC-ESNL</b>	<b>872.845,11</b>

Por sua vez a reconciliação do Resultado do Período é a seguinte:

<b>Reconciliação do Resultado</b>	<b>-6.496,24</b>
<b>Resultado Líquido PCIPSS</b>	
Total de Ajustamentos	0,00
<b>Resultado Líquido SNC-ESNL</b>	<b>-6.496,24</b>

### 3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### 3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### 3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### 3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

### **3.1.3 Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### **3.1.4 Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.5 Compensação**

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### **3.1.6 Informação Comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## **3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

### **3.2.1 Activos Fixos Tangíveis**

Os “Activos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou

produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	10 a 40
Equipamento básico	8 a 16
Equipamento de transporte	8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros Activos fixos tangíveis	4 a 16

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

### 3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efectuada para os bens cujo valor de transacção careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

### 3.2.3 Activos Intangíveis

Os “Activos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As amortizações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	6
Programas de Computador	6

### 3.2.4 Inventários

Os “Inventários” estão registados pelo custo de aquisição.

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out).



### 3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

#### Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de

juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

#### Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.6 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;

- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

### **3.2.7 Financiamentos Obtidos**

#### Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

#### Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Activos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respectivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do activo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o activo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

### 3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) “As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

## 4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

## 5 Activos Fixos Tangíveis

### Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2015, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2015					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Bens Imóveis	517.585,77	108.609,00				626.194,77
<b>Total</b>	<b>517.585,77</b>	<b>108.609,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>626.194,77</b>

No período de 2016, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2016					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Bens Imóveis	626.194,77					626.194,77
<b>Total</b>	<b>626.194,77</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>626.194,77</b>

### Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os

abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2015					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Edifícios e outras construções	1.215.797,84					1.215.797,84
Equipamento básico	149.287,67					149.287,67
Equipamento de transporte	60.818,56					60.818,56
Equipamento administrativo	24.773,46	404,30				25.177,76
Outros Activos fixos tangíveis	14.648,63	982,77				15.631,40
<b>Total</b>	<b>1.465.326,16</b>	<b>1.387,07</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.466.713,23</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Edifícios e outras construções	176.632,77	40.108,02				216.740,79
Equipamento básico	63.949,95	6.441,30				70.391,25
Equipamento de transporte	55.041,19	1.925,79				56.966,98
Equipamento administrativo	19.518,68	1.001,14				20.519,82
Outros Activos fixos tangíveis	7.239,27	1.684,00				8.923,27
<b>Total</b>	<b>322.381,86</b>	<b>51.160,25</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>373.542,11</b>

Descrição	2016					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Edifícios e outras construções	1.215.797,84	2.898,00		496.552,19		1.715.248,03
Equipamento básico	149.287,67	531,98		44.789,48		194.609,13
Equipamento de transporte	60.818,56					60.818,56
Equipamento administrativo	25.177,76	2.279,98		2.795,77		30.253,51
Outros Activos fixos tangíveis	15.631,40	2.549,99				18.181,39
<b>Total</b>	<b>1.466.713,23</b>	<b>8.259,95</b>	<b>0,00</b>	<b>544.137,44</b>	<b>0,00</b>	<b>2.019.110,62</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Edifícios e outras construções	216.740,79	52.543,26				269.284,05
Equipamento básico	70.391,25	10.190,73				80.581,98
Equipamento de transporte	56.966,98	1.925,79				58.892,77
Equipamento administrativo	20.519,82	2.223,25				22.743,07
Outros Activos fixos tangíveis	8.923,27	1.438,59				10.361,86
<b>Total</b>	<b>373.542,11</b>	<b>68.321,62</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>441.863,73</b>

## 6 Activos Intangíveis

### Outros Activos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2015					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Projectos de Desenvolvimento	6.437,20					6.437,20
Programas de Computador	799,52					799,52
<b>Total</b>	<b>7.236,72</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.236,72</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Projectos de Desenvolvimento	5.362,20	1.075,00				6.437,20
Programas de Computador	266,40	133,20				399,60
<b>Total</b>	<b>5.628,60</b>	<b>1.208,20</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.836,80</b>

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Projectos de Desenvolvimento	6.437,20					6.437,20
Programas de Computador	799,52					799,52
<b>Total</b>	<b>7.236,72</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.236,72</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Projectos de Desenvolvimento	6.437,20					6.437,20
Programas de Computador	399,60	133,20				532,80
<b>Total</b>	<b>6.836,80</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.970,00</b>

## 7 Locações

A Entidade não detinha os seguintes activos adquiridos com recurso à locação financeira.

## 8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2016			2015		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	44.594,32	392.965,35	437.559,67	44.154,86	437.545,59	481.700,55
<b>Total</b>	<b>437.559,67</b>	<b>0,00</b>	<b>437.559,67</b>	<b>481.700,55</b>	<b>0,00</b>	<b>481.700,55</b>

## 9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2015				2016		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2.543,69	72.521,24	0,00	2.304,56	75.898,10	0,00	1.935,28
<b>Total</b>	<b>2.543,69</b>	<b>72.521,24</b>	<b>0,00</b>	<b>2.304,56</b>	<b>75.898,10</b>	<b>0,00</b>	<b>1.935,28</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				72.038,60			77.089,46

## 10 Rédito

Para os períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2016	2015
<b>Prestação de Serviços</b>		
Quotas de utilizadores	237.093,64	199.774,97
Quotas e jóias	4.266,00	4.726,00
<b>Total</b>	<b>241.359,64</b>	<b>204.500,97</b>

## 11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

Não aplicável.

## 12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2016	2015
<b>Subsídios do Governo</b>		
ISS	157.041,14	159.369,19
IEFP	6.518,36	8.161,34
POISE	84.455,39	8.815,57
Autarquias	26.200,00	0,00
<b>Total</b>	<b>274.214,89</b>	<b>176.346,10</b>

### 13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

### 14 Imposto sobre o Rendimento

Não aplicável.

### 15 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2016 foi de 24 e em 31/12/2015 foi de 21

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações ao pessoal	222.746,45	168.782,40
Encargos sobre as Remunerações	48.414,64	36.258,74
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	2.593,57	1.755,79
Outros Gastos com o Pessoal	4.980,57	1.427,54
<b>Total</b>	<b>278.735,23</b>	<b>208.224,47</b>

### 16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

### 17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

#### 17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2016	2015
Outros investimentos financeiros (FCT)	1.478,67	550,62
<b>Total</b>	<b>1.478,67</b>	<b>550,62</b>



**17.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros**

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
<b>Activo</b>		
Quotas	12.973,00	11.880,00
<b>Total</b>	<b>12.973,00</b>	<b>11.880,00</b>

**17.3 Clientes e Utentes**

Para os períodos de 2016 e 2015 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2016	2015
<b>Clientes e Utentes c/c</b>		
Utentes	1.748,19	648,14
<b>Total</b>	<b>1.748,19</b>	<b>648,14</b>

**17.4 Outras contas a receber**

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2015
Devedores por acréscimos de rendimentos	25.504,97	11.854,23
Outros Devedores	13.336,67	16.270,38
<b>Total</b>	<b>38.841,64</b>	<b>28.124,61</b>

**17.5 Diferimentos**

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Seguros	1.615,37	1.023,95
Outros	11.904,05	18.054,06
<b>Total</b>	<b>13.519,42</b>	<b>19.078,01</b>

**17.6 Caixa e Depósitos Bancários**

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2016	2015
Caixa	79,44	123,48
Depósitos à ordem	15.590,40	4.938,87
<b>Total</b>	<b>15.669,84</b>	<b>5.062,35</b>

## 17.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	422.437,95	0,00	0,00	422.437,95
Resultados transitados	58.547,71	3.133,45	0,00	61.681,16
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.255.839,57	32.639,92	0,00	1.288.479,49
<b>Total</b>	<b>1.736.825,23</b>	<b>35.773,37</b>	<b>0,00</b>	<b>1.772.598,60</b>

## 17.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Fornecedores c/c	23.658,00	61.485,33
<b>Total</b>	<b>23.658,00</b>	<b>61.485,33</b>

## 17.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
<b>Activo</b>		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2.904,85	26.344,00
<b>Total</b>	<b>2.904,85</b>	<b>26.344,00</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	878,73	377,50
Segurança Social	7.081,52	5.052,46
<b>Total</b>	<b>7.960,25</b>	<b>5.429,96</b>

## 17.10 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016		2015	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>				
Outras operações		44,16		74,92
<b>Fornecedores de Investimentos</b>		<b>3.858,50</b>		<b>6.976,97</b>
<b>Credores por acréscimo de gastos</b>		<b>31.695,27</b>		<b>29.226,93</b>
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>35.597,93</b>	<b>0,00</b>	<b>36.278,82</b>

## 17.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2016 e 2015, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2016	2015
Subsídios do Estado e outros entes públicos	248.014,89	176.346,10
Subsídios de outras entidades	26.200,00	0,00
<b>Total</b>	<b>274.214,89</b>	<b>176.346,10</b>

**17.12 Fornecimentos e serviços externos**

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Serviços especializados	42.514,08	26.460,58
Materiais	8.317,48	5.603,27
Energia e fluidos	39.538,13	33.773,67
Deslocações, estadas e transportes	2.654,97	1.471,09
Serviços diversos	36.679,70	25.077,01
<b>Total</b>	<b>129.704,36</b>	<b>92.385,62</b>

**17.13 Outros rendimentos e ganhos**

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Rendimentos Suplementares	3.063,31	2.295,20
Ganhos em inventários	0,00	636,27
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	31.400,60	31.426,66
Outros rendimentos e ganhos	50.504,05	45.087,21
<b>Total</b>	<b>84.967,96</b>	<b>79.445,34</b>

**17.14 Outros gastos e perdas**

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Impostos	1.784,79	2.297,95
Dividas incobráveis	0,00	1.998,59
Outros Gastos e Perdas	7.565,14	7.746,32
<b>Total</b>	<b>9.349,93</b>	<b>12.042,86</b>

**17.15 Resultados Financeiros**

Nos períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2016	2015
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	19.978,05	16.016,51
Outros gastos e perdas de financiamento	1.825,82	4.082,45
<b>Total</b>	<b>21.803,87</b>	<b>20.098,96</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-21.803,87</b>	<b>-20.098,96</b>

### **17.16 Acontecimentos após data de Balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas em Assembleia Geral em 30/03/2017.

Santo António das Areias, 31 de Março de 2017

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2016	31 DEZ 2015
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis		1 577.246,89	1.604 266,36
Bens do património histórico e artístico e cultural		626 194,77	626 194,77
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Activos intangíveis		266,72	399,92
Investimentos financeiros		1 478,67	550,62
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
		<b>2 205 187,05</b>	<b>2 231 411,67</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários		1 935,28	2 304,56
Clientes		1 748,19	648,14
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		2 904,85	26 344,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		12 973,00	11 880,00
Outras contas a receber		38 841,64	28.124,61
Diferimentos		13 519,42	19 078,01
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários		15 669,84	5 062,35
		<b>87 592,22</b>	<b>93.441,67</b>
<b>Total do activo</b>		<b>2 292 779,27</b>	<b>2.324.853,34</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos		422 437,95	422 437,95
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		61 681,16	58 547,71
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais		1 288 479,49	1.255 839,57
		<b>1 772 598,60</b>	<b>1.736 825,23</b>
Resultado líquido		15 404,82	3 133,45
<b>Total do fundo de capital</b>		<b>1 788 003,42</b>	<b>1.739 958,68</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores		23 658,00	61 485,33
Adiantamentos de Clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		7 960,25	5 429,96
Resultados disponíveis		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		437 559,67	481 700,55
Outras contas a pagar		35 597,93	36 278,82
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		<b>504.775,85</b>	<b>584 894,66</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>504.775,85</b>	<b>584 894,66</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>2 292.779,27</b>	<b>2 324.853,34</b>

A Direcção

O responsável

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2016	31 DEZ 2015
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis		1 577 246,89	1 604 266,36
Bens do património histórico e artístico e cultural		626 194,77	626 194,77
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Activos intangíveis		266,72	399,92
Investimentos financeiros		1 478,67	550,62
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
		<b>2 205 187,05</b>	<b>2 231 411,67</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários		1 935,28	2 304,56
Clientes		1 748,19	648,14
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		2 904,85	26 344,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		12 973,00	11 880,00
Outras contas a receber		38 841,64	28 124,61
Diferimentos		13 519,42	19 078,01
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários		15 669,84	5 062,35
		<b>87 592,22</b>	<b>93 441,67</b>
<b>Total do activo</b>		<b>2 292 779,27</b>	<b>2 324 853,34</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos		422 437,95	422 437,95
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		61 681,16	58 547,71
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais		1 288 479,49	1 255 839,57
		<b>1 772 598,60</b>	<b>1 736 825,23</b>
Resultado líquido		15 404,82	3 133,45
<b>Total do fundo de capital</b>		<b>1 788 003,42</b>	<b>1 739 958,68</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores		23 658,00	61 485,33
Adiantamentos de Clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		7 960,25	5 429,96
Resultados disponíveis		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		437 559,67	481 700,55
Outras contas a pagar		35 597,93	36 278,82
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		<b>504 775,85</b>	<b>584 894,66</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>504 775,85</b>	<b>584 894,66</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>2 292 779,27</b>	<b>2 324 853,34</b>

A Direcção

O responsável